

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL



SEU CADERNO

Além deste caderno de rascunho contendo o enunciado da peça prático-profissional e das quatro questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas.



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de rascunho.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de rascunho.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a permissão do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, pendrive, fones de ouvido, Ipad, Ipod, Iphone etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se a disciplina constante da capa deste caderno coincide com a registrada em seu caderno de textos definitivos. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos. Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado. Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do examinando. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos examinandos na lista de presença.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na Coordenação do local de provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do Exame e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.
- Boa prova!

"Qualquer semelhança nominal e/ ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência"



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2407257593M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

OAB 2ª Fase do 41º Exame
Ordem dos Advogados do Brasil

CARGO:

Direito Administrativo

MODELO/BANCA:

OAB 2ª Fase

EDITAL:

(Pós-Edital)

DATA DE APLICAÇÃO:

08/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

08/2024

DIREITO ADMINISTRATIVO – NILTON CARLOS

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Joel, policial militar, foi morto durante uma operação no morro da Corujá, situado na capital do Estado Alfa.

Segundo restou apurado, o colete disponibilizado pela secretaria de segurança pública estava com defeito e não protegeu o policial contra um disparo efetuado em seu peito por um traficante da região.

Maria, única filha de Joel, após ter ficado meses trancada em casa em decorrência de uma profunda depressão surgida após a morte de seus pais, conseguiu recuperar cópias de e-mails e ofícios enviados por seu pai para a Secretaria competente comunicando os problemas existentes no colete há mais de dois anos.

Ocorre que, infelizmente, os agentes estatais que não providenciaram a substituição do colete solicitada por Joel.

Preocupada com as contas mensais (aluguel, alimentação, energia elétrica, faculdade, plano de saúde etc.) uma vez que ela estava desempregada e seus gastos eram custeados pelo salário de Joel, Maria procura um advogado especialista na área para adotar as medidas jurídicas cabíveis para proteger seus interesses.

Na qualidade de advogado contratado, elabore a peça processual adequada para proteger os interesses de sua cliente.

Medida cabível:	Petição inicial de Ação Indenizatória.	
Endereçamento:	Juízo da Vara de Fazenda Pública da Capital do Estado Alfa.	0,25
Qualificação das partes:	MARIA – autora Estado Alfa – réu.	0,25 0,25
Deve ser requerida a gratuidade de justiça, diante da impossibilidade de a autora arcar com as custas do processo, sem prejuízo do próprio sustento, na forma do art. 98 do CPC/15.		0,25
Da legitimidade ativa	Maria é herdeira de Joel	0,25
Da legitimidade passiva: RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO (polo passivo)	O dano decorreu da conduta omissiva dos agentes estatais que não providenciaram a substituição do colete de Joel.	0,25
Fundamento 1: Presença dos elementos configuradores da responsabilidade objetiva do Estado.	Conduta omissiva, violação de dever jurídico, dano e nexo de causalidade.	0,50
Fundamento 2: Incidência do art. 37, § 6º, da CRFB/88 – teoria do risco administrativo.	Responsabilidade civil por conduta omissiva	0,50
DOS DANOS MORAIS E DOS DANOS MATERIAIS	Dano moral: depressão Dano material: pagamento das despesas mensais (energia, aluguel, plano de saúde, faculdade etc.)	0,50

Medida cabível:	Petição inicial de Ação Indenizatória.	
PEDIDOS: Citação, sob pena de revelia		0,25
Informa que tem interesse na realização de audiência de conciliação/mediação		0,25
Condenação do requerido Danos MORAIS e danos MATE- RIAIS		0,25
Condenação do requerido + verbas de sucumbência		0,25
Provará o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos...		0,25
Dá-se à causa o valor de....		0,25
Local, data		0,25
Advogado OAB		0,25

QUESTÃO 1

Adriano ficou sabendo, durante as aulas da pós-graduação, que podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

Adriano ficou sabendo, também, que há algumas pessoas jurídicas que, apesar de preencherem os requisitos acima mencionados, não podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Consultado por um cliente interessado no tema, ele indagou:

A. Uma vez preenchidos os requisitos legais e não havendo impedimento legal, a outorga da qualificação de OSCIP é um ato vinculado ou discricionário?

B. Um sindicato, uma associação de classe ou de representação de categoria profissional sem fins lucrativos que tenha sido constituída e se encontre em funcionamento regular há 5 anos pode se qualificar como OSCIP? Justifique.

QUESTÃO 2

André, prefeito municipal reeleito, foi acusado da prática de ato de improbidade administrativa, tendo sido instaurada a ação cabível.

No curso do processo, o juiz decretou a indisponibilidade do imóvel no qual André morava, o qual se constituía como bem de família do réu.

Considerando a situação acima apresentada, pergunta-se:

A. Existe alguma possibilidade da decretação de indisponibilidade do bem de família do réu?

B. Caso André, durante o exercício de seu cargo, tivesse feito a nomeação de secretários municipais com base em indicação política de partidos que compunham sua base de apoio, poderia ele ser processado por improbidade administrativa?

QUESTÃO 3

José, aluno exemplar, fora aprovado no concurso para Procurador do Município Alfa, tendo tomado posse em janeiro de 2020. Três anos depois é aprovado em concurso público para Procurador do Município Beta, vizinho do Município Alfa. Tendo em vista a carga de horário prevista para os cargos (20 horas semanais), José constatou que havia compatibilidade de horários entre eles, podendo atuar durante o período da manhã em um Município e, à tarde, no outro Município. Porém, 3 meses após iniciar as atividades no segundo cargo aprovado, José foi notificado sobre a impossibilidade de acúmulo de tais cargos.

Considerando a situação apresentada, pergunta-se:

A. Qual seria o teor da notificação recebida e quais seriam as fases subsequentes?

B. Qual a pena a ser aplicada no caso de configuração de acúmulo ilegal de cargos e qual medida José poderá adotar para impedir uma pena de missão?

QUESTÃO 4

O prefeito de um município deu início a um processo administrativo para aquisição de uniformes escolares.

Com o objetivo de concluir o processo rapidamente, solicitou um parecer jurídico acerca da possibilidade de contratação direta no caso, o que efetivamente ocorreu.

Contudo, o prefeito foi denunciado por contratação direta indevida, tendo sido localizados elementos que comprovavam que o prefeito tinha conhecimento da ilicitude de tal contratação.

Considerando a hipótese narrada, pergunta-se:

- a. Na situação apresentada, quais sanções poderiam ser aplicadas ao prefeito?
- b. Na situação apresentada, a contratação direta se daria por inexigibilidade ou dispensa de licitação? Justifique.